

# País transfere 5,1% do PIB ao exterior

O Brasil, a cada ano que passa, vem transferindo mais renda para o exterior. Em 1982, última posição divulgada pelo Banco Central, a renda líquida, produzida por brasileiros e transferida para os outros países atingiu 5,1% do Produto Interno Bruto. O PIB era de Cr\$ 50,8 trilhões e a renda enviada para fora do país chegou a Cr\$ 2,59 trilhões.

De 1970 a 1977, o percentual de transferência do produto brasileiro para o exterior variou entre 0,6% a 0,9% do PIB total. Em 1977, ultrapassou a casa de 1%, atingindo 1,7% do Produto Interno Bruto. Em 1978, o percentual foi de 2,3%, em 1979, de 2,6%, em 1980, de 3,1% e em 1981, de 3,97%. Em 82, chegou ao recorde de 5,1%, que já deve ter sido batido em 83, porque com a crise no mercado financeiro internacional e a redução de empréstimos para o País, o Brasil está se caracterizando, nos últimos anos, como um verdadeiro exportador de capital.

A principal causa de uma transferência tão elevada de renda para os outros países — principalmente para os Estados Unidos, onde estão os grandes bancos credores — é o pagamento de juros da dívida externa. Segundo técnicos do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, do total de renda líquida enviada ao exterior, cerca de 70% são juros da dívida. No caso de 1982, por exemplo, dos Cr\$ 2,59 trilhões, Cr\$ 1,8 trilhões teriam sido gastos com o pagamento de taxas de juros internacionais.

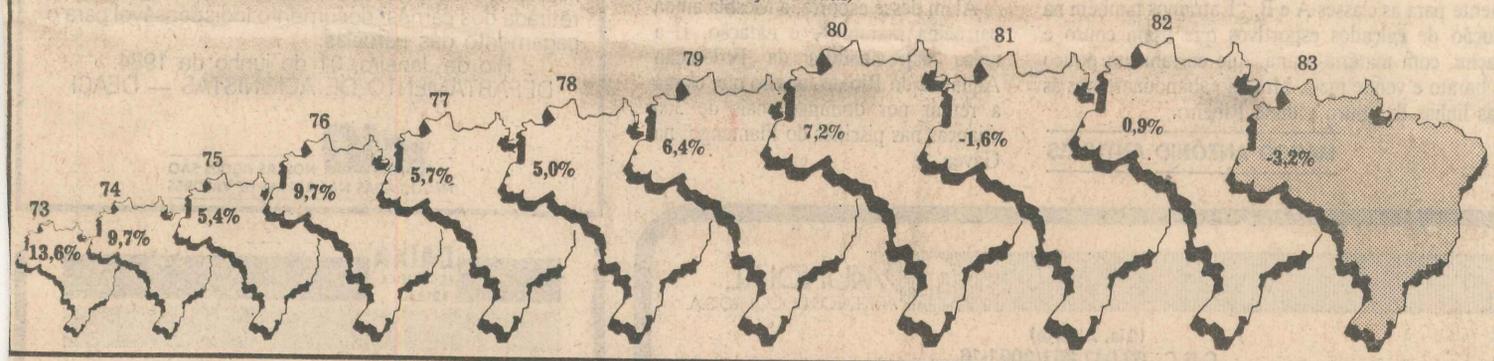
Além dos juros, compõem a conta da renda, paga ou recebida do exterior, aluguéis de equipamentos, filmes cinematográficos, fitas, discos e imóveis; comissões contratuais; cooperação técnico industrial; corretagens; despesas administrativas; direitos autorais e fornecimento de tecnologia industrial. E mais: licenciamento de patentes e de marcos e propagandas; lucros e perdas; garantias (hedge); serviços

técnicos especializados; vencimentos e salários pessoais; renda de investimentos diretos.

O Produto Interno Bruto é a produção total de bens e serviços do país, sendo portanto o que em **economês** é denominado de um agregado (soma) econômico. Compõem o PIB a produção dos setores agropecuário, industrial, e de serviços, sendo que em serviços estão o comércio, transportes e comunicações, intermediários financeiros, Governo, aluguéis e outros.

O Produto Nacional Bruto é o Produto Interno Bruto, menos a renda líquida transferida para o exterior, ou seja, é a renda produzida no país que fica realmente dentro do país. Como nos últimos anos o volume de transferência de renda vem aumentando, o PNB está ficando cada vez menor, face ao PIB. Em 1977, era 98,38% do PIB; em 1978, 97,7%; em 1979, 97,4%; em 1980, 96,9%; em 1981, 96,03% e em 1982 ficou em 94,9% do PIB

## Produto Interno Bruto (Taxa de variação anual)



## Técnico da FGV atualiza contas nacionais

O Centro das Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas encerrou, na última quinta-feira, o trabalho (que levou praticamente um ano), de atualização das contas nacionais do País, por meio de mudanças metodológicas e a absorção de novas informações sobre a economia brasileira.

Contas nacionais registram, através de um sistema de cálculos, as principais transações referentes à geração do produto e renda de uma economia, sendo, portanto, o registro consolidado das operações econômicas de um país, normalmente no período de um ano.

Com a revisão, feita desde 1970, foram alterados quase todos os resultados do Produto Interno Bruto (PIB), produção total de bens e serviços do Brasil, nos últimos 13 anos.

### Dez anos com alterações

Os anos que apresentaram variações de PIB diferentes, a partir da nova abordagem metodológica, são em número de dez: 1973, 1974, 1975, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, e 1983. Apenas três exercícios permaneceram com o mesmo índice de variação, após a revisão feita pela FGV: 1971, 1972 e 1973.

Com o antigo método de cálculo das contas nacionais, o PIB em 1973 cresceu 14%; em 1974, 9,5%; em 1975, 5,6%; em 1977, 5,4%; em 1978, 4,8%; em 1979, 6,8%; em 1980, 7,9%; em 1981, caiu 1,9%; em 1982 novamente cresceu 1,4% (estimativa preliminar do Banco Central), e em 1983, caiu 3,3%.

Com a atualização, os números para esses anos são 1983, 13,6% de crescimento; 1974, 9,7%; 1975, 5,4%; em 1977, 5,7%; em 1978, 5%; em 1979, 6,4%; em 1980, 7,2%; em 1981, queda de 1,6%; em 1982, novamente crescimento, mas de apenas 0,9%; e em 1983, queda de 3,2%.

Apesar de o trabalho ter sido concluído no final da semana passada, esses números já

constam do Anuário Estatístico do Brasil, de 1983, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), porque a Fundação Getúlio Vargas os repassou mesmo antes do término da pesquisa para que não fosse necessária uma modificação posterior.

Segundo a chefe do Centro de Contas Nacionais da FGV, Maria Alice de Gusmão Veloso, o objetivo principal da atualização foi se aproximar ao máximo do modelo metodológico internacional, visando à adaptação do sistema de cálculo utilizado no Brasil aos conceitos básicos de Contabilidade Social preconizados pelas Nações Unidas. Para isso, foi feita uma revisão conceitual, com a finalidade de corrigir alguns desvios nas contas divulgadas nos últimos anos.

O trabalho não se limitou à atualização de uma série de dados com base na revisão conceitual, mas também abrangeu maior número de setores e utilizou fontes estatísticas até então inexploradas. Essas modificações, além de realizar as distorções, são um primeiro passo para tornar as contas brasileiras compatíveis com a dos demais países do mundo, facilitando comparações internacionais. Devido, no entanto, à dimensão do Brasil e à carência de recursos, o que gera insuficiência de fontes estatísticas, ainda falta muito para chegar ao modelo ideal e, por isso, o sistema será continuamente revisto, sempre que houver novas informações ou descobertas de desvios em cálculos.

### O que é o PIB

O PIB é a soma da produção de bens e serviços do País, abrangendo todos os setores da economia: agricultura (setor primário), produção industrial (setor secundário) e serviços (setor terciário). No setor de serviços, são discriminados o comércio; transportes e comunicações; intermediários financeiros; Governo (União, Estados e Municípios); aluguéis (a

renda gerada pela propriedade de imóveis, alugados ou próprios, porque esses também prestam um serviço a seus proprietários, e a renda dos aluguéis de equipamentos) e outros serviços.

Para chegar-se a essa soma ou agregado, a primeira conta que se faz é somar a receita operacional de cada setor, descontando-se a parcela de **consumos intermediários** — despesas operacionais na compra de bens e serviços de outros setores de atividade — porque representam transferências de renda aos demais setores. Chega-se dessa forma ao valor adicionado do Produto Interno Bruto, a custos de remuneração por fatores de produção. O segundo passo é a soma dos impostos indiretos à retirada dos subsídios: o resultado é o PIB a preços de mercado, exatamente o que é divulgado pela Fundação.

As modificações feitas pela FGV, com a revisão metodológica, atingiram principalmente o setor de transportes e comunicações (houve novas informações nessa área sobre os Metrô paulista e carioca, por exemplo, e dados fornecidos pela Frota Nacional de Petroleiros da Petrobrás — Fronape), e o item aluguéis. Além disso, antes de chegar ao PIB a custo de fatores, recomendada pela ONU: descontou de **valor adicionado do Produto Interno** "valor imputado de serviços intermediários financeiros", o que corresponde a grosso modo à receita dos bancos com juros, ou seja, a diferença entre os juros pagos e os juros recebidos pelo setor.

A Fundação explica por que: É incorreto chegar-se ao valor da produção do setor financeiro apenas com base nos serviços prestados, tais como guarda de valores, cobranças, concessão de empréstimos. Essas instituições têm ganhos com a diferença entre os juros pagos na captação dos recursos e os juros recebidos nos financiamentos.